

**PARECER Nº 26/2018**

**PROJETO DE LEI Nº 08/2018**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**RELATOR VEREADOR EDMILSON DO CRISPIM SANTANA**

### **RELATÓRIO**

De autoria do Vereador Júnior Valadares e outros, o projeto de lei em epígrafe “*Altera o art. 94 da Lei Complementar nº 04, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Arinos - MG e dá outras providências*”.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, “b”, do novo Regimento Interno.

Nesta Comissão, foi designado o Vereador William Professor como relator da matéria, o qual, todavia, deixou decorrer, *in alibis*, o prazo regimental para apresentação do respectivo parecer. Diante disso, fui designado novo relator da matéria, nos termos do art. 122, §4º, do Regimento Interno.

Em apartada síntese, o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

A matéria em exame visa alterar o art. 94 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arinos para aumentar, de 2 ( dois) para 3 ( três) anos, o prazo da licença para tratar de assuntos particulares, bem como garantir ao servidor o direito de obter nova licença logo após o encerramento da anterior, independentemente de qualquer prazo.

Ademais, visa suprimir a previsão de que tal licença será concedida a critério da Administração Pública.

Conforme prevê a atual redação do o art. 94 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arinos, a licença para tratar de assuntos particulares é concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, que não esteja em estágio probatório, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos.

Ressalte-se que essa licença é concedida a critério da Administração, e para obtê-la novamente, é necessário observar o decurso de dois anos do término da anterior ou de sua prorrogação.

Diante disso, o projeto em exame visa alterar o referido artigo, para aumentar, de 2 ( dois) para 3 ( três) anos, o prazo da licença para tratar de assuntos particulares, bem como garantir ao servidor o direito de obter nova licença logo após o encerramento da anterior, independentemente de qualquer prazo. Além disso, pretende suprimir a previsão de que tal licença será concedida a critério da Administração Pública.

Nesse contexto, diante da sua relevância, entendo que a matéria em exame merece aprovação.

## **CONCLUSÃO**

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 08, de 2018.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2018.

Vereador EDMILSON DO CRISPIM SANTANA  
Relator